

DOI: 10.35621/23587490.v10.n1.p25-35

INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DURANTE O PERÍODO DE PANDEMIA DE COVID-19

FOOD AND NUTRITIONAL INSECURITY DURING THE COVID-19 PANDEMIC PERIOD

Gerlane Gomes Avelino¹
Gabriela Mendonça Monte²
Carolina Moreira de Santana³

RESUMO: OBJETIVO: Analisar a influência do período pandêmico na prevalência de Insegurança Alimentar (IA). **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, de caráter descritivo- exploratório bibliográfico que busca analisar a influência da pandemia pelo COVID-19 na Insegurança Alimentar e Nutricional. **RESULTADOS:** O Direito Humano a Alimentação Adequada transfigurou-se quando instalou-se a pandemia global pela COVID-19 que levou à tona as desigualdades sociais, apresentando que o país já estava em Insegurança Alimentar e Nutricional. Durante o ano de 2020, a insegurança alimentar da população brasileira se agravou frente a COVID-19, o que favoreceu para a diminuição do acesso a alimentos, coadjuvando para a piora da qualidade alimentar e surgimento da fome. Almejando minimizar os impactos causados pela COVID-19 a Organização Mundial de Saúde (OMS) aconselhou medidas para tentar conter a propagação do vírus, entre as medidas solicitaram-se distanciamento social, medida essa que agravou de forma impactante a Insegurança Alimentar. A fome acompanhada da insegurança alimentar é expandida junto com a pandemia da COVID-19 no Brasil, juntas disserta um cenário demonstrando indicadores de agravamento nos últimos anos. O investimento em políticas públicas como os programas de transferência de renda vem sendo um investimento considerável na diminuição da pobreza. **CONCLUSÃO:** Portanto, conclui-se que, a pandemia causada pela COVID-19 exarcebou esse cenário de Insegurança Alimentar e Nutricional que o país já vinha enfrentando.

Palavras-chave: Insegurança Alimentar. Programas de Transferência de Renda. COVID-19.

¹ Graduada em Nutrição pela Faculdade São Francisco da Paraíba - FASP. E-mail: gerlanegomesavelino@gmail.com.

² Graduada em Nutrição pela Faculdade São Francisco da Paraíba - FASP. E-mail: gabrielamendoncamonte@gmail.com.

³ Mestre em Sistemas Agroindustriais. Docente do curso de Nutrição da Faculdade São Francisco da Paraíba - FASP. E-mail: santana-carolina@hotmail.com.

ABSTRACT: OBJECTIVE: To analyze the influence of the pandemic period on the prevalence of Food Insecurity (FI). **METHODOLOGY:** This is an integrative literature review, with a descriptive-exploratory bibliographic character that seeks to analyze the influence of Food and Nutrition Insecurity during the COVID-19 pandemic period. **RESULTS:** The Human Right to Adequate Food was violated when the global pandemic by COVID-19 took place, which brought to light social inequalities, showing that the country was already in Food and Nutrition Insecurity. During 2020, the food insecurity of the Brazilian population worsened in the face of COVID-19, which favored the reduction of access to food, helping to worsen food quality and the emergence of hunger. Aiming to minimize the impacts caused by COVID-19, the World Health Organization (WHO) advised measures to try to contain the spread of the virus, among the measures requested social distance, a measure that significantly worsened Food Insecurity. Hunger accompanied by food insecurity is expanding along with the covid-19 pandemic in Brazil, together it presents a scenario showing indicators of worsening in recent years. Investment in public policies such as income transfer programs has been a considerable investment in reducing poverty. **CONCLUSION:** It is concluded, therefore, in this study that, even though the country has laws that guarantee the Human Right to Adequate Food, there are still Brazilians in Food Insecurity. Although the government has launched measures to curb AI during the pandemic period, the conjuncture with regard to the regression of this right was already established by several factors.

Keywords: Food Insecurity. Income Transfer Programs. COVID-19.

INTRODUÇÃO

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é definida no Artigo 3º da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) de nº 11.346 de 15 de setembro de 2006, como um direito de todos a uma alimentação adequada, com acesso frequente e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade satisfatória, sem afetar o acesso a outras necessidades fundamentais, baseando-se em práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Segundo a Emenda Constitucional N°64 de 24 de fevereiro de 2010, o Direito Humano a Alimentação (DHAA) é garantido por lei como direito social, cabendo ao Estado exercer esse papel por meio de políticas públicas que atuem na promoção da alimentação saudável e adequada, na luta contra a pobreza e a fome de sua população (BRASIL, 2010; BRASIL, 2013).

Foi descoberto em dezembro de 2019 um novo Coronavírus, capaz de causar uma síndrome respiratória aguda grave que ficou conhecida como Covid-19. Foram adotadas diversas medidas para frear a doença como o isolamento social em diversas regiões, porém, a doença se espalhou rapidamente, tornando-se assim uma Emergência de Saúde Pública. Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) classificou como uma pandemia, e em 08 de agosto de 2020 o Brasil já registrava 100.000 óbitos pela doença (GURGEL *et al.*, 2020).

Entre os anos 2003 e 2014, o governo brasileiro concretizou um conjunto de políticas e programas das quais foram associados a redução nas taxas de Insegurança Alimentar (IA) no país, se tornando pioneiro no desenvolvimento de políticas públicas de SAN. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ratificou que em 2020 o cenário brasileiro possuiu uma maior exposição a IA revelando que o percentual de famílias em insegurança aumentou de 22,6 % para 36,7% entre 2013 e 2017- 2018 (SANTOS *et al.*, 2021).

Porém, de acordo com Silva *et al.* (2020), as políticas sociais com influência na renda, na pobreza e na SAN dos brasileiros, perderam força desde 2016 com o desmonte do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), criado em 2006. Principalmente pela atenuação de recursos e da garantia da cobertura de programas estruturantes, como o programa de transferência de renda (Programa Bolsa Família), o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, os Programas de incentivo à agricultura familiar, o Programa Água para todos, e pela extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário, além do ato simbólico de retirar o termo Combate à Fome do nome do Ministério de Desenvolvimento Social. A aprovação da emenda constitucional de número 95 de 2016, a qual congelou os gastos públicos por 20 anos, influencia fortemente este cenário (SILVA *et al.*, 2020)

O programa Auxílio Brasil inclui numerosas políticas públicas de assistência social, como saúde, educação, emprego e renda. O novo programa substitui o programa anterior, Bolsa Família, que se trata a Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004, sendo destinado a famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o Brasil. Em dezembro de 2021 o presidente Jair Messias Bolsonaro sanciona a lei de número 14.284, onde faz valer desde aquele momento o Programa Auxílio Brasil (BRASIL, 2021).

Considerando as condições de desigualdade social, de renda étnico-racial e de acesso a serviços de saúde, a segurança alimentar e nutricional pode ser afetada tanto por impactos sociais quanto econômicos da COVID-19. Em 2019 período antes da pandemia, já se estimava que 135 milhões de pessoas apresentavam insegurança alimentar, segundo o Relatório Global sobre Crises Alimentares. Os mais vulneráveis são afetados pela pandemia na oferta e demanda de alimentos, na redução do poder de compra e a capacidade de produzir e distribuir alimentos (ALPINO *et al.*, 2020).

Foi realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) no ano de 2021, uma pesquisa no contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil, o resultado mostrou que dos 211,7 milhões de brasileiros, 116,8 milhões conviviam com algum tipo de Insegurança Alimentar e Nutricional, 43,4 milhões não tinham acesso a alimentos em quantidades

suficientes e 19 milhões de brasileiros tinham insegurança alimentar grave, ou seja, esses 19 milhões enfrentavam a fome (VIGISAN, 2021).

Frente ao cenário pandêmico, com a alta dos preços de alimentos básicos, o desemprego e condições sociais desfavoráveis contribuíram de forma impactante para que famílias carentes voltassem ao estágio de insegurança alimentar. Diante desse contexto, esse estudo objetiva avaliar a influência do período pandêmico na prevalência de Insegurança Alimentar (IA).

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, do tipo qualitativa e de caráter descritivo-exploratório bibliográfico que busca analisar a influência do período pandêmico na prevalência de insegurança alimentar (IA) nas famílias Brasileiras.

De acordo com Souza, Silva e Carvalho (2010) a revisão integrativa, finalmente, é a mais ampla abordagem metodológica referente às revisões, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado. Combina também dados da literatura teórica e empírica, além de incorporar um vasto leque de propósitos: definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, e análise de problemas metodológicos de um tópico particular.

Para a construção desse trabalho seguiu-se as seguintes etapas: formulação de perguntas norteadoras; espécie dos métodos de seleção dos estudos; procedimentos de extração dos dados; análise e avaliação dos estudos; extração dos dados e apresentação da revisão do conhecimento produzido e publicado (RIBEIRO; MARTINS; TRONCHIN, 2016). A questão norteadora para embasamento teórico foi a seguinte: Qual a influência do período pandêmico na prevalência de Insegurança Alimentar (IA)?

O processo metodológico mediante o qual este trabalho foi construído consistiu na busca de trabalhos científicos já publicados, utilizando as bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS); Literatura Latino-Americana e do Caribe

em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Inicialmente como estratégia de busca foram utilizadas combinações entre as palavras chaves: Insegurança Alimentar; Covid-19; Programas de Transferência de Renda. A busca foi realizada apenas na Língua Portuguesa.

Os critérios de análise para a seleção dos artigos originais publicados em revistas, legislação, decretos e normativas, publicados no período de 2020 a junho de 2021 e que atendeu a temática da pesquisa. Encontrados dezessete artigos, sendo treze selecionados e quatro excluídos.

RESULTADOS

Buscando minimizar impactos causados pela COVID-19 a OMS aconselhou medidas para tentar conter a propagação do vírus, entre as medidas o distanciamento social, visando reduzir o contato de pessoas infectadas com a população salubre. Uma medida que trouxe como consequência à perda de empregos e também consequências econômicas da pandemia, sobretudo, a renda familiar reduzida (SILVA; ALBUQUERQUE; LOPES, 2021). De acordo com Alpino *et al.* (2020), devido a pandemia, sua evolução, duração e seu alcance geográfico, era difícil mensurar os seus impactos, entretanto, o isolamento social mesmo que necessário, causou impactos no acesso a renda e atingiu a curto, médio e longo prazo a produção dos alimentos e até mesmo a disponibilidade deles na mesa dos brasileiros e, conseqüentemente, refletiu na garantia da segurança alimentar e nutricional.

Assim como em outros países, o Brasil sofreu algumas mudanças com o isolamento social no mercado de trabalho, com impactos mais severos para 37,3 milhões de pessoas que vivem na informalidade, já que elas não têm direitos como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e seguro-desemprego. Infelizmente, a pandemia afetou com maior intensidade a população que vive na informalidade e reside em áreas precárias, aqueles que têm rendimentos baixos e irregulares, sem acesso à água potável e moradia digna. Com o aumento do

desemprego ocorre um crescimento da informalização do trabalho, dos terceirizados. Vale ressaltar que a informalidade é concebida em sentido amplo, desprovida de direitos, fora da rede de proteção social e sem carteira de trabalho (COSTA, 2020).

Visando assegurar uma renda mínima durante o período da pandemia foi criado o Programa Auxílio Emergencial, instituído pela Lei nº 13.982/2020 que pressagia um repasse de R\$ 600,00 mensais, de início a proposta era por três meses a trabalhadores informais e de baixa renda, microempreendedores individuais e também contribuintes do Instituto Nacional do Seguro Social (SILVEIRA, *et al*, 2021).

A Constituição Federal (CF) nos garante que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, dito isto, Castro (2021), confirma que o governo é responsável pelas ações de garantia ao direito humano à alimentação adequada e saudável, bem como ao acesso físico e econômico a alimentos de qualidade. Entre as ações adotadas pelo governo brasileiro, a criação dos programas de transferência de renda, são programas que possuem o objetivo de melhorar as condições de vida, de saúde e educação da população considerada pobre e extremamente pobre. Em 2004 foi instituído o Programa Bolsa Família (PBF), houve uma diminuição de 16% da pobreza no Brasil com o programa.

A fome acompanhada da insegurança alimentar é expandida junto com a pandemia da COVID-19 no Brasil, juntas disserta um cenário demonstrando indicadores de agravamento nos últimos anos. Silva *et al*, (2020) declara que a prevalência de subnutrição diminuiu de 11,9% no período 1999-2001 para menos de 2,5% no período 2008-2010. No período, um conjunto de políticas, de programas e de ações que, mesmo não tendo a mesma cobertura do Programa Bolsa Família (PBF), foram significativas para proporcionar a redução da pobreza e da fome. Contudo, as políticas sociais com impacto na renda, na pobreza, e na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos brasileiros perderam força desde 2016.

Gurgel e colaboradores (2020) relatam que durante o período pandêmico foram identificadas a estruturação de novas iniciativas e adequadas estratégias já implementadas no país que contribuem para a SAN. Essas novas medidas governamentais criadas foram: Renda Básica Emergencial (Governo Federal); Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) estaduais e a doação emergencial

de alimentos (estados e municípios). As medidas pré-existentes que sofreram alterações devido à pandemia foram: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nacional, Programa Bolsa Família (PBF), Benefício de Prestação Continuada (BPC), distribuição de alimentos por meio dos equipamentos públicos de SAN.

A pandemia global levou à tona as desigualdades sociais, como a ameaça ao Direito Humano à Alimentação Adequada. O cenário atual apresenta-se em retrocessos, devido as baixas ações no combate a fome e a insegurança alimentar. As diferentes políticas públicas implementadas no país desde o estudo de Josué de Castro sobre o mapa da fome no Brasil, até outras mais recentes a partir de 2003, como o Programa Fome Zero e as políticas intersetoriais envolvendo ministérios, governos estaduais e prefeituras, auxiliaram para a saída o Brasil do Mapa da Fome da ONU em 2014.

Durante o ano de 2020, a insegurança alimentar da população brasileira se agravou frente a COVID-19, o que favoreceu para a diminuição do acesso a alimentos, coadjuvando para a piora da qualidade alimentar e surgimento da fome. Para a diminuição da fome e desnutrição infantil, é visível que ações voltadas para o aumento da renda das famílias contribuem de forma positiva no acesso a alimentos em quantidade e qualidade suficientes (CASTRO, 2021).

Um estudo feito pela Vigilância de Segurança Alimentar e Nutricional (VIGISAN) mostra que em 2013 o Brasil apresentou um marco importante, a segurança alimentar chegando a 77,1% foi quando o Brasil saiu do mapa da fome, apresentando 4,2% de insegurança alimentar grave. O Brasil voltou para o mapa da fome em 2018, antes da pandemia com 5,8% de insegurança alimentar grave. O mesmo inquérito mostrou que em 2020 a insegurança alimentar atingiu 9%. O Nordeste apresentou o maior número de pessoas em situação de insegurança alimentar grave, quase 7,7 milhões (FAO, 2021).

Baracho e Asada (2020) narra que ocorreram enormes mudanças na sociedade e com elas também nasceram preocupações e as projeções de como lidar e se preparar para os diversos cenários, sendo um desses cenários a segurança alimentar. O avanço da pandemia levou o mundo a um estado de alerta gigantesco. Diversas notícias apontaram para preocupações acerca da distribuição

global de alimentos, preços e principalmente sobre questões que tangem a segurança alimentar.

CONCLUSÃO

Logo, pode-se perceber que diante do exposto, apesar de termos leis e programas governamentais que garantam o direito humano à alimentação adequada, ainda existem indivíduos em situações de Insegurança Alimentar e até passando fome. Cenário esse, que já vinha sendo analisado anos antecedentes à pandemia, e que se agravou durante a pandemia, tendo em vista que essa circunstância abriu caminhos para o desemprego, podendo ser por decorrência do isolamento social ou até mesmo pelo declínio das pequenas e grandes empresas.

O país já vinha em risco na Segurança Alimentar Nutricional, que se agravou durante a pandemia, mesmo com o governo criando arranjos institucionais para o gerenciamento da crise a insegurança alimentar ainda estava presente, principalmente nos indivíduos de classe social mais baixa. Vale ressaltar que o investimento em políticas públicas como o Programa Bolsa Família, hoje o Programa Auxílio Brasil é essencial no combate a fome e na promoção da Alimentação Adequada e Saudável, visto que anteriormente foi citado que as políticas públicas contribuíram significativamente para a saída do Brasil do mapa da Fome.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALPINO, Tais de Moura Ariza *et al.* COVID-19 e (in) segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00161320, 2020.

BARACHO, Bárbara Evelyn; ASADA, Nátali Filomeno. Os impactos da COVID 19 na perspectiva da segurança alimentar. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 21, n. 2, p. 359-375, 2020.

BRASIL, Associação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos. Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional. Brasília, DF: ABRANDH, 204p. 2010.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Básica. - 1. ed., 1. reimpr. - Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Economia, **Decreto regulamenta o Programa Auxílio Brasil**, 2021. Acessado em 24/11/2021.

BRASIL, Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11346.htm.

CASTRO, Sara Elita. Perfil nutricional de crianças menores de 5 anos beneficiárias do programa bolsa família antes e durante a pandemia da Covid-19 residentes da região nordeste do Brasil. Nutritional profile of children under 5 years of beneficiary of the bolsa família program before and during the Covid-19 pandemic residents of. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 4, p. 16058-16074, 2021.

COSTA, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v.54, p. 969-978, 2020.

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO, 2021). Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil.

GURGEL, Aline do Monte *et al.* Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. **Ciência & saúde coletiva**, v. 25, p. 4945-4956, 2020.

RIBEIRO-SILVA, Rita de Cássia *et al.* Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3421-3430, 2020.

RIBEIRO, Olga Maria Pimenta Lopes; MARTINS, Maria Manuela Ferreira Pereira da Silva; TRONCHIN, Daisy Maria Rizatto. Modelos de prática profissional de enfermagem: revisão integrativa da literatura. **Revista de Enfermagem Referência**, Coimbra, n. 10, p. 125-133, 2016.

SANTOS, Leonardo Pozza dos *et al.* Tendências e desigualdades na insegurança alimentar durante a pandemia de COVID-19: resultados de quatro inquéritos epidemiológicos seriados. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. 2021, v. 37, n. 5 [Acessado 5 Maio 2022], e00268520. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00268520>>. Epub 17 Maio 2021. ISSN 1678-4464. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00268520>.

SILVA FILHO, Olívio José da; GOMES JÚNIOR, Newton Narciso. O amanhã vai à mesa: abastecimento alimentar e COVID-19. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00095220, 2020.

SILVEIRA, Sergio Kelner *et al.* O Auxílio Emergencial como Precursor para um Programa de Renda Básica: uma análise de efeitos sociais, econômicos e institucionais. **Textos para Discussão-TPD**, 2021.

SERGIO Kelner Silveira, Carolina Beltrão de Medeiros, Cecília de Melo Dias, Diogo Henrique Helal, & Luís Henrique Romani de Campos. (2021). O Auxílio Emergencial como Precursor para um Programa de Renda Básica: uma análise de efeitos sociais, econômicos e institucionais. *Textos Para Discussão - TPD*. Recuperado de <https://fundaj.emnuvens.com.br/TPD/article/view/2043>.

SOUZA, Marcela Tavares de, Silva, Michelly Dias da e Carvalho, Rachel de Integrative review: what is it? How to do it? Einstein (São Paulo) [online]. 2010, v. 8, n. 1 [Acessado 30 Maio 2022], pp. 102-106. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>>. ISSN 2317-6385. <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>.

DA SILVA, Claudiana Pinheiro; ALBUQUERQUE, Francisca Daniele Nogueira; DE JESUS LOPES, Bruna. Representações sociais do desemprego, saúde mental e pandemia da covid-19 em uma pequena amostra Brasileira. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 2, p. 7249 - 7262, 2021.

VIGISAN, **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**, 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/>.